

ORDEM DOS MÉDICOS

Contas 2018



ÍNDICE



Análise económica financeira e orçamental	3
Demonstrações financeiras	7
Balanço	8
Demonstração dos resultados por naturezas	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração das alterações no fundo patrimonial	11
Anexo	12





SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos da Ordem dos Médicos (EOM), Lei nº 117/2015 de 31 de agosto, que determina que anualmente seja apresentado o Relatório e Contas e que a OM elabora anualmente um relatório sobre a prossecução das suas atribuições (artigo 160º dos EOM), apresentam-se mapas de pormenor com a informação considerada mais relevante, com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e análise da situação económica e financeira da OM e da execução orçamental do ano de 2018.

A OM é constituída por cinco unidades orgânicas – Região do Sul, Região do Centro, Região do Norte, Fundo de Solidariedade e Conselho Nacional, todas elas dotadas de orçamentos e contas autónomas. As três primeiras tem inclusivamente as contas aprovadas por órgãos estatutários próprios, pelo que as contas da OM resultam da “consolidação” das contas destas unidades.

Balanço

O ano de 2018 contribuiu para o reforço dos fundos patrimoniais em 1.920.129 euros. O ativo total cresceu 4.4%, tendo passado de 51.216.087 euros para 53.461.741 euros. O passivo total apresentou um crescimento ligeiro (1.5%), tendo passado de 2.219.197 euros para 2.544.722 euros.

	2018	variação 2017/2018	2017
Total do ativo	53.461.741	2.245.654	51.216.087
Total do passivo	2.544.722	325.525	2.219.197
Total dos fundos patrimoniais	50.917.018	1.920.129	48.996.889

Rendimentos

Os rendimentos da OM, em 2018, ascenderam a 11.911.654 euros, conforme mapa abaixo:

	2018	Variação 2018/2017	2017	Orçamento 2018	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
Vendas	4.727	154	4.573	7.582	-2.855	-37,66%
Prestações de serviços	10.241.813	377.074	9.864.739	10.181.836	59.976	0,59%
Reversões de perdas de imparidade	692.612	625.936	66.676	116.000	576.612	497,08%
Outros rendimentos	922.872	44.799	878.073	741.610	181.261	24,44%
Juros	49.631	-18.218	67.849	49.635	96	0,19%
Total de Rendimentos	11.911.654	1.029.745	10.881.909	11.096.564	815.091	7,35%

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018



Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio positivo de 7,35 %, ou seja, houve um rendimento superior em 815.091 euros. Comparativamente ao ano de 2017 registou-se também um aumento de 1.029.745 euros, o que corresponde a 9,5%.

A rubrica “Reversões de perdas por imparidade” foi a principal responsável pelo desvio orçamental. Concorreu para esta situação, a adoção de um critério homogêneo entre as regiões, o que por si só foi responsável por um acréscimo de cerca de 400.000 euros e também a recuperação de quotizações de anos anteriores, que já se encontravam em imparidade.

As rubricas “Prestações de serviços” e “Outros rendimentos”, por serem as mais relevantes para o rendimento da Ordem do Médicos, sendo responsáveis por 93,7% do total, são detalhadas na tabela abaixo.

	2018	2017	Variação 2017/2018	Variação % 2017/2018
Prestação de serviços				
Quotizações	8.826.172	8.601.429	224.743	2,61%
Joias	460.110	420.420	39.690	9,44%
Inscrições e propinas	185.110	181.260	3.850	2,12%
Promoções para captação de recursos	107.972	12.579	95.393	758,34%
Patrocínios	551.311	593.654	-42.343	-7,13%
Serviços secundários	111.137	55.397	55.740	100,62%
Subtotal prestações de serviços	10.241.812	9.864.739	377.073	3,82%
Outros rendimentos				
Alugueres de equipamento	682	1.312	-630	-48,05%
Sinistros	1.947		1.947	100,00%
Rendas e alugueres	378.866	367.691	11.175	3,04%
Prediais	223.705	219.018	4.687	2,14%
Ativos fixos tangíveis	40.288	40.407	-119	-0,29%
Outros rendimentos	277.466	248.512	28.954	11,65%
Total de outros rendimentos	922.954	876.940	46.014	5,25%

Gastos

Os gastos da OM, em 2018, ascenderam a 9.810.841 euros, conforme mapa abaixo:

	2018	Variação 2018/2017	2017	Orçamento 2018	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	4.166	1.538	2.628	5.473	-1.307	-23,88%
Fornecimentos e serviços externos	4.977.413	88.325	4.889.087	5.457.356	-479.943	-8,79%
Gastos com o pessoal	3.035.874	193.601	2.842.273	3.053.412	-17.538	-0,57%
Gastos de depreciação e amortizações	835.163	-10.981	846.144	793.250	41.913	5,28%
Perdas por imparidade	423.223	2.080	421.142	557.000	-133.777	-24,02%
Outros gastos	535.003	122.872	412.130	497.024	37.979	7,64%
Juros	0	-322	322	0	0	-100,00%
Total de Gastos	9.810.841	397.115	9.413.726	10.363.515	-552.674	-5,33%



Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de 5.33%, ou seja, houve um gasto inferior em 552.674 euros. Comparativamente ao ano de 2017, registou-se também uma diminuição dos gastos em 397.115 euros, o que corresponde a 4,2%.

Na principal rubrica de gastos - “Fornecimentos e serviços externos”, verificou-se um decréscimo de 479.943 euros relativamente ao orçamentado, o que corresponde a 8.79%. O principal responsável foi o Conselho Nacional já que todas as outras unidades orgânicas - Regiões e Fundo de Solidariedade ficaram um pouco acima do orçamentado.

Na segunda rubrica de gastos - “Gastos com o pessoal”, não se verificou nenhum desvio significativo (0,57 % abaixo do orçamentado).

Em valor relativo, o maior desvio positivo (maior gasto) face ao orçamentado (7,64 %), verificou-se na rubrica “Outros gastos” e é explicado principalmente pelos acertos no principal seguro coletivo da OM seguro de “responsabilidade civil profissional” (ajuste do prémio e correção do número de médicos e necessidade técnica de reconhecer, neste exercício, os encargos resultantes dos ajustamentos referentes ao ano de 2017 e a liquidar em 2019)

Ainda em valor relativo, agora o maior desvio negativo (menor gasto) face ao orçamentado (24,02 %), verificou-se na rubrica “Perdas por imparidade”. A decisão, referida anteriormente, de homogeneização dos critérios das regiões posterior à elaboração do orçamento para 2018 e uma melhoria na cobrança das quotas, explicam este desvio significativo.

O peso crescente das quotas pagas pelos associados, como principal fonte de receita da OM e o elevado montante em dívida, têm merecido a atenção e a reflexão dos órgãos de gestão. Para fazer face a este problema está previsto para 2019 o início do processo de cobrança tributária. Simultaneamente prevê-se a implementação do “regulamento de quotas, taxas e emolumentos”, que se encontra em fase de consulta pública e que se pensa que possa entrar em vigor no 2º trimestre de 2019, o que dará também um contributo para a melhoria da receita.

Resultado

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 2.100.730 euros, que irá ser aplicado da seguinte forma: 1.036.970 em “Fundos” e 1.063.760 euros em “Resultados Transitados”.

	2018	Varição 2018/2017	2017	Orçamento 2018	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
Total de Rendimentos	11.911.654	1.029.745	10.881.909	11.096.564	815.091	7,35%
Total de Gastos	9.810.841	397.115	9.413.726	10.363.515	-552.674	-5,33%
Resultado antes de impostos	2.100.813	632.630	1.468.183	733.049	1.367.764	186,59%
Impostos	83	83	0	1.000	-917	-91,70%
Resultado líquido	2.100.730	632.547	1.468.183	732.049	1.368.681	186,97%



Execução Orçamental 2018

Rubricas	Orçamento 2018	Variação orç/2018	Realizado	
			2018	2017
Vendas	7.582	-37,7%	4.727	4.573
Prestações de serviços	10.181.836	0,6%	10.241.813	9.864.739
Reversões	116.000	497,1%	692.612	66.676
Outros rendimentos	741.610	24,4%	922.872	878.073
Juros	49.535	0,2%	49.631	67.849
Total de Rendimentos	11.096.564	7,3%	11.911.654	10.881.909
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	5.473	-23,9%	4.166	2.628
Fornecimentos e serviços externos	5.457.356	-8,8%	4.977.413	4.889.087
Gastos com o pessoal	3.053.412	-0,6%	3.035.874	2.842.273
Gastos de depreciação e amortizações	793.250	5,3%	835.163	846.144
Perdas por imparidade	557.000	-24,0%	423.223	421.142
Outros gastos	497.024	7,6%	535.003	412.130
Total de Gastos	10.363.515	-5,3%	9.810.841	9.413.726
Resultado líquido antes de impostos	733.049	186,6%	2.100.813	1.468.183
Impostos	1.000	-91,7%	83	0
Resultado líquido	732.049	187,0%	2.100.730	1.468.183

Bastonário



 Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro



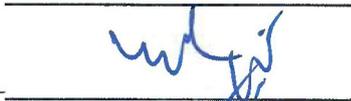
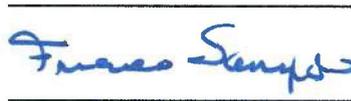
 Dr. Francisco Sampaio



Demonstrações financeiras



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017	2018 % s/ activo	2017 % s/ activo
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	3.1; 5	23.792.366	24.351.006	44,5%	47,5%
Bens do património histórico e cultural	3.1; 6	403.488	396.053	0,8%	0,8%
Ativos fixos intangíveis	3.1; 7	213.984	174.817	0,4%	0,3%
Investimentos financeiros	8	164.289	161.071	0,3%	0,3%
Subtotal		24.574.126	25.082.947	46,0%	49,0%
Ativo corrente					
Inventários	3.1; 9	84.329	91.326	0,2%	0,2%
Creditos a receber	12.1	680.999	580.376	1,3%	1,1%
Estado e outros entes públicos	15.1	31.134	32.479	0,1%	0,1%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1; 12.2	3.988.304	3.516.042	7,5%	6,9%
Diferimentos	15.2	109.439	122.317	0,2%	0,2%
Outros activos correntes	12.1	646.045	5.305.986	1,2%	10,4%
Caixa e depósitos bancários	4	23.347.364	16.484.614	43,7%	32,2%
Subtotal		28.887.614	26.133.140	54,0%	51,0%
Total do ativo		53.461.741	51.216.087	100,0%	100,0%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos	15.7	39.121.816	39.034.844	73,2%	76,2%
Resultados transitados	15.7	4.862.632	3.663.535	9,1%	7,2%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	4.831.840	4.830.328	9,0%	9,4%
Subtotal		48.816.288	47.528.706	91,3%	92,8%
Resultado líquido do período	15.7	2.100.730	1.468.183	3,9%	2,9%
Total dos fundos patrimoniais		50.917.018	48.996.889	95,2%	95,7%
Passivo					
Passivo não corrente					
Outras dívidas a pagar	12.1	1.023.491	962.158	1,9%	1,9%
Subtotal		1.023.491	962.158	1,9%	1,9%
Passivo corrente					
Fornecedores	12.1	428.481	443.417	0,8%	0,9%
Estado e outros entes públicos	15.1	166.469	107.691	0,3%	0,2%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1	139.398	36.462	0,3%	0,1%
Diferimentos	15.2	30.978	29.187	0,1%	0,1%
Outros passivos correntes	12.1	755.904	640.283	1,4%	1,3%
Subtotal		1.521.231	1.257.040	2,8%	2,5%
Total do passivo		2.544.722	2.219.198	4,8%	4,3%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		53.461.741	51.216.087	100,0%	100,0%

CC 18559	Bastonário	Tesoureiro
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Dr. Francisco Sampaio



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018			
Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	10.246.540	9.869.312
Subsídios doações e legados à exploração	10	0	1.132
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-4.166	-2.628
Fornecimentos e serviços externos	15.3	-4.977.413	-4.889.087
Gastos com pessoal	13	-3.035.873	-2.842.272
Ajustamentos de inventários (perdas/ reversões)	9	1.373	1.676
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	203.016	-421.142
Outros rendimentos	10	922.871	876.940
Outros gastos	15.4	-535.003	-412.130
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.821.346	2.181.800
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	14	-770.163	-781.144
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.051.182	1.400.656
Juros e rendimentos similares obtidos	10	49.631	67.849
Juros e gastos similares suportados		0	-322
Resultado antes de impostos		2.100.814	1.468.183
Imposto sobre o rendimento do período	11	-83	0
Resultado líquido do período		2.100.730	1.468.183

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr. Francisco Sampaio



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais de 2018 e 2017					
Posição a 01 de Janeiro de 2017(ESNL)	39.034.844	3.385.678	4.833.081	671.885	47.925.488
Resultado líquido do período de 2016	0	671.885	0	-671.885	0
Outras variações	0	-394.028	-2.753	1.468.183	1.071.402
Posição em 31 de Dezembro de 2017	39.034.844	3.663.535	4.830.328	1.468.183	48.996.889
Posição a 01 de Janeiro de 2018 (ESNL)	39.034.844	3.663.535	4.830.328	1.468.183	48.996.889
Resultado líquido do período de 2018	86.973	0	0	2.100.730	2.187.703
Subsídios doações legados			130		130
Outras variações	0	1.199.097	1.382	-1.468.183	-267.704
Posição em 31 de Dezembro de 2018	39.121.816	4.862.632	4.831.840	2.100.730	50.917.018

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr. Francisco Sampaio

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018



Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2018			
Rubricas	Notas	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de associados e clientes		8.751.837,44	7.618.840,46
Pagamento a associados e fornecedores		-5.782.650,10	-5.560.415,92
Pagamentos ao pessoal		-1.955.864,07	-1.860.911,51
Caixa gerada pelas operações		1.013.323,27	197.513,03
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-17.320,58	2.274,57
Outros recebimentos / pagamentos		1.035.657,06	233.127,50
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		2.031.659,75	432.915,10
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento			
Pagamentos de :			
Activos fixos tangíveis		-175.195,56	-685.551,56
Activos fixos Intangíveis		-1.789,75	-7.810,50
Investimentos financeiros		-4,64	-232,02
Outros Activos	4.1		-4.356.727,67
Recebimentos de :			
Activos fixos tangíveis		172.657,50	171.303,00
Outros ativos		4.672.245,41	
Investimentos Financeiros		83.375,00	160.080,00
Juros e rendimentos similares		79.801,94	69.802,19
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento (2)		4.831.089,90	-4.649.136,56
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.862.749,65	-4.216.221,46
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		16.484.614,33	20.700.835,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23.347.363,98	16.484.614,33

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr. Francisco Sampaio



ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da Entidade: Ordem dos Médicos

1.2 – NIPC: 500984492

1.3 – Sede: Av. Almirante Gago Coutinho, nº 151 em Lisboa

1.4 – Natureza da atividade: A Ordem dos Médicos é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei nº 29171 de 24 de novembro de 1938, a quem compete representar mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Médicos e superintender os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

Em 2015 o Estatuto da Ordem dos Médicos foi alterado, por força da Lei 117/2015, de 31 de agosto, alinhado com a Lei nº2/2013, de 10 de janeiro.

1.5 – A Estrutura Funcional da Entidade: A Ordem dispõe de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes, conforme art.º 10.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

A Ordem tem âmbito nacional e sede em Lisboa e está estruturada nas regiões do Norte, do Centro e do Sul, as quais têm sede, respetivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa, conforme ponto 1 do art.º 2.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

1.6 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei nº36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho NCRF_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei nº 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;
- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC



2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os montantes de 2017, exceto no que respeita às perdas por imparidade, e respetivas reversões relativas às quotas em dívida, resultantes da homogeneização de critérios entre Regiões. Este processo de homogeneização teve um impacto positivo de 338.340 euros.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins;

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente, divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos»;

c) Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes;



d) Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem

as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo;

e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Médicos de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto imóveis que se encontram valorizados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.



As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

b) Bens do património histórico e cultural

Bens do Património Histórico e Cultural, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os bens na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida. No caso de bens doados, os registos têm por base os valores presentes nas declarações dos doadores.

Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis, sendo apresentados nas demonstrações financeiras pelo respetivo valor líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de bens do património histórico e cultural.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos. O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

d) Imparidades de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).



e) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são valorizados ao preço de custo.

f) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Utiliza-se o custo médio como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

h) Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Médicos está abrangida pela isenção de Imposto sobre as Pessoas Coletivas ao abrigo do nº1 do Artº10 do CIRC, a determinação da matéria Coletável é efetuada somente sobre os rendimentos referidos no nº3 do mesmo artigo.

O cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, foi apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).



i) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a originar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras.

j) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

j1) Associados e membros, créditos a receber e outros ativos correntes

Estão mensuradas ao custo deduzidas de qualquer perda de imparidade, por forma a refletirem o seu valor realizável líquido.

Estas dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j2) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j3) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos";

j4) Caixas e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis;

j5) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Ordem dos Médicos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e assumidos diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



3.2.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Médicos.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, esta demonstração mostra as principais componentes de recebimentos e pagamentos brutos, a partir dos registos contabilísticos.

Abaixo é apresentada a desagregação nos montantes inscritos em caixa e depósitos bancário.

Descrição	2018	2017
Ativo corrente		
Caixa	19.394	17.815
Depósitos à ordem	6.662.296	5.014.534
Outros depósitos bancários	16.665.674	11.452.266
Total caixa e depósitos bancários	23.347.364	16.484.614

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas, pelo método das quotas constantes.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018



	2017	Adições	Abates/transfere ncias	2018
Terrenos e recursos naturais	4.464.350			4.464.350
Edifícios e outras construções	29.758.680	74.985		29.833.665
Equipamento básico	1.328.812	3.286	-752	1.331.346
Equipamento de transporte	30.000			30.000
Equipamento administrativo	4.309.205	71.642	-15.977	4.364.870
Outros ativos fixos tangíveis	728.351	56.222	-1.000	783.573
Investimentos em curso				
Total ativos fixos tangíveis	40.619.398	206.135	-17.729	40.807.804
Depreciações acumuladas	15.943.392	828.852	-16.806	16.755.438
Perdas por imparidade acumuladas	325.000		-65.000	260.000
Ativo fixo tangível líquido	24.351.006	-622.717	64.077	23.792.366

Handwritten signature in blue ink.

No período de 2018 destaca-se o registo de reversões de perdas de imparidade, no montante de 65.000 euros, relativamente ao imóvel da Casa do Médico de São Rafael afeto à Região Sul. O justo valor do imóvel teve por base a avaliação efetuada por peritos independentes em 2014. Em 2018 optou-se manter o valor do imóvel, pelo que as perdas de imparidade foram anuladas por montante igual às depreciações.

Os aumentos do ano estão associados à remodelação de 10 quartos do edifício CCC. Estes acréscimos tiveram impacto direto nas depreciações do período.

6 – BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As quantias escrituradas no início e fim do período desenvolvidas, não apresentam variação conforme mostrado abaixo:

	2017	Adições	Abates	2018
Bens do património Histórico e Cultural	396.053	7.435		403.488
Total	396.053	7.435	0	403.488



7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2017	Aumentos	abates/tanf.	2018
Programas de computador	173.137	4.203		177.340
Propriedade industrial	874			874
Outros ativos intangíveis	15.621	0		15.621
Investimentos em curso	156.878	41.275		198.153
Ativo intangível bruto	346.510	45.478	0	391.988
Amortizações acumuladas	171.693	6.311		178.004
Ativo intangível líquido	174.817	39.168	0	213.984

Os investimentos em curso, dizem respeito à implementação de um novo sistema informático.

8 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2017	Aumentos	Distribuição de resultados/ree mbolsos	Ganhos/perdas pelo resultado líquido da participada	2018
Método da equivalência patrimonial					
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	157.335		83.375	86.098	160.058
TOTAL	157.335				160.058
Fundos de compensação	3.691	546	6		4.231
Obrigações	45		-45		0
TOTAL	3.736	546	-39	0	4.231
TOTAL	161.071	546	-39	0	164.289

A participação da Sano-Seguros encontra-se disponível para venda, espera-se a concretização da venda em 2019.

9 – INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

	2018			2017		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	229.702	145.373	84.329	238.072	146.746	91.326
Total mercadorias e matérias primas	229.702	145.373	84.329	238.072	146.746	91.326

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018



O movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos inventários foi como se segue:

Rubricas	2018
Mercadorias	
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	146.746
Perdas por imparidade do período	-
Reversões de perdas por imparidade do período	- 1.373
Perdas por imparidade acumuladas	145.373
Perdas/reversões por imparidade acumuladas	- 1.373

A:
g

A quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme segue:

	2018	2017
Mercadorias		
Saldo inicial	238.072	240.767
Compras	3.851	997
Regularizações	(8.055)	-1.064
Saldo final	229.702	238.072
Gasto do período - mercadorias	4.166	2.628

10 – RÉDITOS

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2018	2017
Vendas		
Vendas tabelas hemoderivados	312,30	281
Alfinetes medalhas	214,63	113
Livros	4.200,91	4.179
Subtotal vendas	4.727,84	4.573
Prestação de serviços		
Quotizações	8.826.171,82	8.601.429
Jóias	460.110,00	420.420
Inscrições e propinas	185.110,00	181.260
Promoções para captação de recursos	107.971,90	12.579
Patrocínios	551.310,87	593.654
Serviços secundários	111.137,20	55.397
Subtotal prestações de serviços	10.241.811,79	9.864.739
Total de vendas e prestações de serviços	10.246.539,63	9.869.312

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018



[Handwritten signature]

Subsídios e doações		1.132
Outros rendimentos		
Alugueres de equipamento	681,68	1.312
Sinistros	1.947,46	
Rendas e alugueres	378.866,01	367.691
Prediais	223.705,11	219.018
Ativos fixos tangíveis	40.288,22	40.407
Outros rendimentos	277.465,80	248.512
Total de outros rendimentos	922.954,28	876.940
Juros		
Juros de depósitos	49.631,32	67.849
Total Juros	49.631,32	67.849
Total do rédito	11.219.125,23	10.815.233

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O resultado fiscal da Ordem para 2018 à semelhança dos anos anteriores foi negativo.

O imposto sobre o rendimento em 2018, diz respeito á tributação autónoma à taxa de 70% sobre despesas não devidamente documentadas.

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

12.1 – Membros, créditos a receber, fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total
Ativos correntes						
Membros	7.273.529	3.285.225	3.988.304	7.003.988	3.487.947	3.516.042
Créditos a receber	699.104	18.105	680.999	598.776	18.400	580.376
Outros ativos correntes	646.193	149	646.044	5.306.135	149	5.305.986
Total ativo corrente	8.618.827	3.303.479	5.315.348	12.908.898	3.506.496	9.402.403
total do ativo corrente e não corrente	8.618.827	3.303.479	5.315.348	12.908.898	3.506.496	9.402.403
Passivo não corrente						
Membros	1.023.491		1.023.491	962.158		962.158
Total do passivo não corrente						
Fornecedores	428.481		428.481	443.417		443.417
Membros	139.398		139.398	36.462		36.462
Outros passivos correntes	755.904		755.904	640.283		640.283
Total passivo corrente	1.323.783		1.323.783	1.120.162		1.120.162
Total passivo corrente e não corrente	2.347.274		2.347.274	2.082.320		2.082.320



A rubrica "Créditos a receber" apresenta um saldo elevado devido à concentração de eventos no final do ano, cujo patrocínio da AGEAS Seguros é também faturado no final do ano. As faturas normalmente são liquidadas no início do ano seguinte.

J.
Am

A rubrica "outros ativos correntes" inclui o montante de 564.526 euros referentes ao Fundo Mutualista do Montepio Geral do Fundo de Solidariedade .

O montante apresentado no passivo não corrente "Membros" diz respeito às habitações vitalícias afetas à Região Norte, o acréscimo verificado refere-se à venda de um título de habitação vitalícia.

No passivo na rubrica "outros passivos correntes" estão considerados os acréscimos de gastos. A estimativa para férias e subsídio de férias a liquidar em 2019 é a componente com maior peso desta rubrica.

12.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Membros e associados:

O cálculo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida no cumprimento da característica qualitativa da prudência e do pressuposto da consistência com os anos anteriores.

Os saldos são apresentados no Balanço como mostrado abaixo:

	2018			2017		
	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total
Até 2 anos	3.539.595		3.539.595	3.398.823		3.398.823
> 2 anos	3.733.934	3.285.225	448.709	3.605.166	3.487.946	117.219
	7.273.529	3.285.225	3.988.304	7.003.988	3.487.946	3.516.042

As reversões e perdas por imparidade de dívidas a receber e membros reconhecidas em 2018 apresentam a seguinte composição:

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas de imparidade	Total
Dívidas a receber	148	-443	-295
Membros	423.075	-625.796	-202.721
	423.223	-626.239	-203.016

A redução de perdas por imparidade verificadas no período devem-se a um duplo efeito, por um lado uma maior recuperação de dívidas com antiguidade superior a 2 anos, por outro lado a homogeneização de critérios entre regiões levou a que a região Sul a reverter perdas por imparidade no montante 338.340 euros.



13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	74.776	3.252
Remunerações do pessoal	2.380.205	2.285.101
Benefícios pós Emprego	15.948	15.948
Encargos sobre remunerações	503.466	424.722
Seguros de acidentes de trabalho	17.309	14.065
Outros gastos com o pessoal	44.168	99.185
Total	3.035.873	2.842.273

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e indemnizações.

A 31 de Dezembro de 2018 a Ordem tinha 113 funcionários ao serviço.

A Ordem não tem quaisquer compromissos relacionados com pensões de reforma.

14 – GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES

Abaixo é apresentado o detalhe das depreciações, amortizações e reversões do exercício.

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	672.398	679.306
Equipamento básico	4.366	22.369
Equipamento administrativo	117.447	120.412
Outros ativos fixos tangíveis	34.642	17.829
Total de depreciações	828.852	839.916
Ativos intangíveis		
Programas de computador	6.311	6.229
Total de amortizações	6.311	6.229
Reversões de perdas de imparidade de AFT		
Edifícios e outras construções	-65.000	-65.000
Reversões	-65.000	-65.000
Total de reversões amortizações e depreciações	770.163	781.145



15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Ativos		
Imposto sobre o rendimento	17.328	22.165
Retenções na fonte - prediais	13.806	10.314
Total	31.134	32.479
Passivos		
IRC estimado	83	0
Retenção de impostos sobre rendimento	69.923	45.132
Imposto sobre o valor acrescentado	16.413	7.916
Contribuições para a segurança social	79.812	54.431
Outros impostos	238	212
Total	166.469	107.691
Total líquido	-135.335	-75.212

A entidade não tem contribuições nem Impostos em mora, pelo que os montantes inscritos no passivo dizem respeito a contribuições e impostos que se vencem em 2019, e que á data da prestação de contas já se encontram liquidados.

O imposto sobre o rendimento em 2018, diz respeito á tributação autónoma à taxa de 70% sobre despesas não devidamente documentadas.

15.2 – Diferimentos

No ativo esta rubrica inclui diversas naturezas de gastos a reconhecer, sendo os mais relevantes; seguros, comunicações, licenças informáticas, economato e limpeza e artigos para ofertas (medalhas, emblemas entre outros).

No passivo na rubrica “diferimentos” estão incluídos os rendimentos a reconhecer provenientes de rendas.



15.3 – Fornecimentos e serviços externos

A quantia de fornecimento e serviços externos reconhecida como gasto do período detalha-se como se segue:

Handwritten signature in blue ink.

	2018	2017
Trabalhos especializados	1.707.751	1.459.438
Publicidade e propaganda	27.778	20.323
Vigilância e segurança	277.499	261.968
Honorários	371.791	338.050
Comissões	2.030	5.115
Conservação e reparação	185.838	222.633
Serviços bancários	45.689	44.171
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	37.979	58.566
Livros e documentação técnica	2.862	4.078
Material de escritório	64.550	83.072
Outros materiais	1.250	0
Artigos para oferta	23.352	28.721
Electricidade	141.900	135.651
Combustíveis	18.846	11.344
Água	32.696	32.638
Gás	40.738	36.187
Deslocações e estadas	533.393	489.714
Transportes de pessoal	3.271	1.276
Transportes de mercadorias	4.421	2.537
Rendas e alugares	140.158	116.070
Comunicação	436.172	609.071
Seguros	273.079	271.157
Royalties	39.520	
Contencioso e notariado	2.959	3.288
Despesas de representação	3.083	2.110
Limpeza higiene e conforto	185.848	173.640
Diversos	372.961	478.271
Total	4.977.413	4.889.087

A rubrica de royalties diz respeito aos direitos pagos ao National Board of Medical Examiners (NBME) inerentes à prova nacional de acesso.



15.4 – Outros gastos

A quantia de outros gastos, reconhecida como gasto em 2018 e 2017, detalha-se como se segue:

	2018	2017
Impostos	76.880	79.358
Subsídios de assistência	164.873	157.908
Quotizações	50.674	51.216
Outros	242.576	123.649
Total	535.003	412.130

15.5 – Garantias e avales

Existe uma garantia bancária emitida pelo BCP no montante de 15.568 euros, prestada ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS IP), para suspender a ação de execução instaurado pelo ISS IP., relativa a divergências de montantes declarados e pagos, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Esta situação foi analisada em 2012 e foram efetuadas as necessárias retificações e pagamentos, pelo que desde essa data que a Ordem aguarda que o ISS IP dê o processo por encerrado, para se poder efetuar o levantamento da garantia bancária.

15.6 – Passivos contingentes

No ano de 2018 a entidade tinha pendentes alguns processos contra si, uns com pedidos indemnizatórios e outros sem pedidos indemnizatórios. O total dos processos com pedidos indemnizatórios não se espera que venham a resultar em obrigações futuras significativas passíveis de constituição de provisões.

A Ordem tem seguro que cobre riscos de ações que lhe possam ser desfavoráveis.

15.7 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “fundos patrimoniais” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Fundos	39.121.816	39.034.844
Resultados transitados	4.862.632	3.663.535
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.831.840	4.830.328
Resultado líquido do período	2.100.730	1.468.183
Total	50.917.018	48.996.889

ORDEM DOS MÉDICOS
Contas 2018

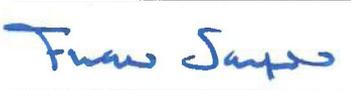


Propomos que o Resultado líquido do exercício, no montante de 2.100.730 euros, seja aplicado da seguinte forma: 1.036.971 euros para os "Fundos" e que o remanescente seja transferido para "Resultados transitados".

15.8 – Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais do Revisor Oficial de Contas, no exercício de 2018, foram de 12.000 euros, relativamente à auditoria e revisão legal de contas.

Lisboa, 04 abril de 2019

CC 18559	Bastonário	Tesoureiro
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Dr. Francisco Sampaio

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ORDEM DOS MÉDICOS**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 53.461.741 euros e um total de fundos patrimoniais de 50.917.018 euros, incluindo um resultado líquido de 2.100.730 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotado em Portugal através do Sistema de Normalização.

- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 5 de abril de 2019



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira